

# 1. Introdução

## 1. Apresentação

A diversidade cultural e a biodiversidade são dois fatos que diferenciam o Brasil de muitos outros países do mundo. Nesse contexto, de tamanha riqueza e enormes proporções geográficas, se despontam algumas iniciativas de mobilização coletiva em prol de direitos e interesses que historicamente foram prejudicados nos processos de luta pelo poder e dominação territorial. As novas lutas coletivas buscam dispositivos institucionais e jurídicos de maneira criativa para defender e valorizar sua cultura, que é ameaçada pelo modelo de crescimento econômico global em direção a uma produção cada vez mais acelerada, e com princípios antagônicos à existência de culturas locais e à vida.

Os interesses coletivos estão objetivados em movimentos sociais que crescentemente começam a escrever um novo capítulo da história através da elaboração de novas leis e acordos, numa tentativa de reverter o longo processo de usurpação de seus meios naturais e na busca de permitir a continuidade de reprodução de sua cultura. Tais grupos são reconhecidos pelo que são, como indígenas de diversas etnias, quilombolas, faxinalenses, pescadores artesanais, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco, paneleiras, cafusos, cipozeiros, entre muitos outros. Suas lutas, muitas vezes, estão relacionadas ao direito de continuar fazendo o que sempre fizeram nos territórios tradicionalmente ocupados.

Em diversos desses contextos são somados esforços de áreas da ciência que visam conhecer o problema vivido, interagir e intervir na realidade, na perspectiva de melhorias sociais, embora isso nem sempre seja a regra. Assim, pessoas de áreas do conhecimento historicamente constituídos e fundamentados intervêm, como sociólogos, antropólogos, historiadores, assistentes sociais, biólogos, geógrafos, e mais recentemente, profissionais de uma área ainda em constituição: designers. E, dependendo das especificidades de cada localidade, as ações são levadas a cabo, enaltecendo iniciativas com foco nas categorias da realidade abordadas pelas respectivas áreas do conhecimento.

Por mais que o recorte epistemológico de muitas dessas áreas do conhecimento sejam abrangentes, nem sempre existem recursos humanos e materiais para o olhar cuidadoso em cada contexto. E nessa realidade, o Design pode levar valores adversos aos valores culturais endêmicos, com resultados questionáveis à coletividade interessada.

Com certos princípios é possível uma abordagem interacionista do Design com olhar sobre a valorização da cultura, do respeito e cuidado à biodiversidade, à compreensão da dinâmica da luta pelo poder local - sobre os direitos nos territórios tradicionalmente ocupados, e finalmente sobre as estratégias de abordagem desta área para a produção de renda mais justa às realidades dos sujeitos dessas culturas. Para tal abordagem não existe receita, mas existem princípios: de prudência, de compromisso e de reflexão crítica. E, nesta busca, apresento meu olhar: sobre as cipozeiras e cipozeiros da Floresta Atlântica.

O grupo de cipozeiras e cipozeiros tradicionais detém uma cultura material caracterizada por práticas e saberes tradicionais diversos, inclusive o artesanato de cipó

imbé ( *Philodendro Corcovadense* Kunth - ARACEAE). Algumas destas práticas tradicionais são muito importantes para sua sobrevivência e composição de sua renda familiar, como a roça, a pesca, a tecelagem em diferentes fibras naturais e, em alguns casos, a prestação de serviços.

Entre os princípios dos cipozeiros (as) tradicionais há menções correntes ao “*respeitar a natureza*”<sup>2</sup>, que inclui manejar o cipó corretamente - respeitando a renovabilidade das raízes, não matando a “*planta mãe*”, permitindo a recuperação natural das áreas manejadas - com escolhas dos espaços geográficos de manejo, com técnicas adequadas de seleção e corte. Em outras palavras, estar na natureza é um princípio de produção e reprodução de sua cultura.

O artesanato de cipó imbé é uma prática passada dos pais às filhas e filhos “*a uns 200 anos*”. Seu ponto de partida processual é a extração, quando acontece a seleção dos fios de cipó, o corte, o enfardamento e o transporte para casa - local onde serão manufaturados pela família. Esta etapa inicial de extração geralmente é feita pelos homens, mas não exclusivamente. Em casa os fios são “*limpos*” ou beneficiados (descascados e raspados), secos ao tempo e partidos - da maneira e no formato que interessar - conforme os objetos a serem feitos.

Todo o trabalho relacionado ao cipó é bastante “*sofrido*”, principalmente hoje, devido à maior escassez de cipó - que exige horas de caminhadas para seu acesso em

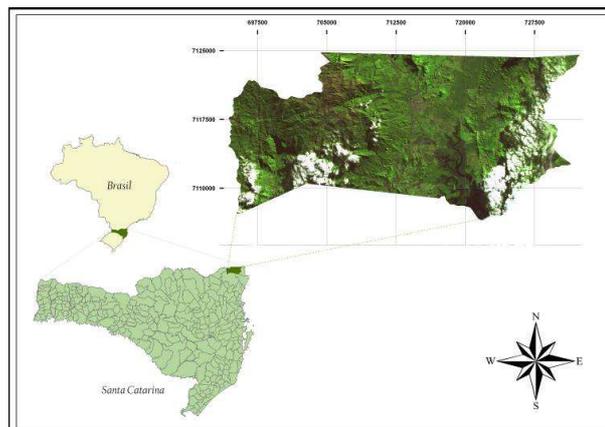
---

1 Esta planta é uma Arácea Hemiepífita. Hemiepífitas são plantas que apresentam ciclo de vida em duas fases: uma epifítica - sem ligação com o solo - e outra terrestre. As hemiepífitas primárias iniciam seu desenvolvimento como epífitas e depois crescem enraizando-se no solo. As secundárias germinam no solo e, posteriormente, crescem perdendo sua ligação com este substrato (Tonicelo *et al*, 2007).

2 As palavras e termos apresentados entre aspas e em itálico são oriundos de registros de depoimentos das (os) cipozeiras (os) realizados em campo.

áreas remotas -, mas também pela carga de trabalho exigida do intenso volume produção - que visa garantir a renda familiar através de peças de baixíssimo valor econômico agregado. Essa falta de cipó decorre principalmente do desmatamento de áreas de Floresta Atlântica para atividades de agricultura extensiva e reflorestamento com espécies exóticas.

O Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras - MICI estima que existam atualmente aproximadamente 281 famílias com renda associada ao artesanato de cipó imbé somente em Garuva - SC, cidade principal de enfoque de minha pesquisa. O município é 230 quilômetros distante de Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina, e possui 14.761 habitantes segundo o censo<sup>3</sup> de 2010. Segundo a Grande Enciclopédia Catarinense: Garuva (SEDUC/SC, 2004) aproximadamente 3.000 pessoas do município se dedicam ao artesanato de fibras naturais como principal atividade econômica, entre essas fibras, destacam-se o vime (*Salix spp.* - SALICACEAE), o cipó imbé, e o *rattan* (técnica aplicada ao artesanato do vime).



*Ilustração 1: Localização da área de estudo. Município de Garuva, SC (IBGE 2003). Imagem de satélite Landsat. Adaptado por Glauco Ladik Antunes.*

3 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

## **2. Tema**

Após longo período de pesquisa relacionada ao campo do Design, gráfico e de produto, ficou evidente que não é possível pensar em soluções técnicas, tecnológicas e “estéticas” relacionadas aos objetos, em que os sujeitos de sua ação prática estejam em situação de conflitos sociais e vulnerabilidade. Assim, o enfoque temático está direcionado à compreensão sobre a realidade dos sujeitos em sua cultura.

Portanto, trata-se de um estudo fundamentado no método etnográfico para a compreensão das categorias da realidade que operam no contexto dos cipozeiros tradicionais, sobre a maneira em que os artefatos influenciam no estabelecimento de redes de relações sociais e meios de relações dos sujeitos sociais com seu território tradicionalmente ocupado, onde a forma, a estética e o “repensar” desses artefatos estão dialeticamente relacionados à maneira em que os sujeitos se relacionam aos seus territórios.

A pesquisa investigativa, baseada na etnografia consistiu em técnicas para o levantamento de dados e melhor compreensão da realidade local, segundo suas categorias, sendo construída em etapas de observação participante, realização de entrevistas e do mapeamento situacional ou mapeamento social, registros e análise do materiais coletados; vislumbrando uma melhor compreensão sobre o “papel” do Design no contexto.

## **3. Problemática**

Ao início das primeiras pesquisas ao ano de 2003, havia a compreensão dos agentes externos da comunidade (ao

qual me incluo) sobre a necessidade de intervenção de caráter técnico, enfatizando a questão da renda e sua interlocução com o design dos artefatos e dispositivos, bem como com a gestão do design, além de outras demandas de ênfase “produtivista” com olhar sobre o artesanato especificamente. Porém, com o tempo, foi verificada a reivindicação dos cipozeiros e cipozeiras muito além da questão técnica, em uma problemática que foi se desdobrando e denotando sua complexidade. Por traz do artesanato existe o cipozeiro.

Inicialmente, tais questões técnicas foram apontadas em situações sociais protagonizadas pelas instituições de intervenção (pesquisa e extensão rural), moderada por “métodos participativos” de abordagem, como o Metaplan no Planejamento Estratégico Participativo - PEP, realizado pela EPAGRI. Estes apontamentos, em uma re-elaboração do discurso construído pelos cipozeiros auferem mais a demanda por apoio formal das instituições locais, que a resposta às questões técnicas propriamente ditas.

Todos os aspectos constitutivos de demandas técnicas, apontadas nesta condição institucional, me ocorrem hoje como uma enunciação diferente. Como uma forma de reivindicação por direitos de acesso ao território tradicionalmente ocupado e da natureza, assim como a necessidade de melhoria da renda; efetivando a afirmativa de que o domínio técnico do artesanato ao cipozeiro pertence. Enfatizo assim as questões centrais da problemática: o livre acesso ao território, o direito de extração do cipó e outros recursos naturais associados ao conhecimento tradicional e a melhoria de renda. Ou seja, configura-se historicamente uma luta por poder, que surge em meio ao aumento da fiscalização ambiental, no avanço da propriedade privada (domínio territorial), na produção agrícola extensiva, e na condição de

pobreza imposta pela lógica de comercialização exploratória (domínio do tempo de trabalho), onde se enaltecem as diferenças econômicas entre os cipozeiros e os atravessadores<sup>4</sup>.

Essa compreensão se tornou mais clara recentemente. Nas esferas institucionais (UDESC, EPAGRI e Prefeitura Municipal de Garuva) as questões de manejo do recurso, de técnicas de produção e de design continuam tendo sua função, como temáticas técnicas bem aceitas e apoiadas, porém, não resumo a importância dessas diversas abordagens em campo como sendo estritas a essas “alegorias” institucionais.

Considerando o processo de mobilização política como algo prioritário, e concernente exclusivamente ao grupo, vejo que ela pode ser apoiada também pelos sistemas de representação (artefatos, mapas, por exemplo) da comunidade de cipozeiros e cipozeiras; assim pergunto: como abordar o Design na compreensão deste processo, com enfoque não só no objeto (artesanato mercantil), em seu valor econômico e em sua qualidade técnica, mas em sua capacidade de reunir as pessoas na discussão dos problemas complexos? Como os sujeitos dessas realidades podem resignificar os artefatos e compreender que sua forma traduz um meio de produção do espaço, do território? O caminho que vejo como viável é a prática de ações que gerem reflexões, que produzam novas ações sucessivamente; em outras palavras na práxis do processo.

Nas práticas e no processo de estabelecimento das relações de pesquisa, percebo a relevância atribuída à questão

---

4 Em alguns momentos observei a chegada dos atravessadores nas casas dos (as) cipozeiros (as) com seus carros novos e posição superior na negociação.

econômica dos produtos e seus resultados financeiros, pois este é um anseio dos cipozeiros: a melhoria da renda da família. Mas insisto no perigo que o tema econômico oferece como enfoque central de pesquisa, pois em um contexto onde a auto-mobilização é o principal desafio, o risco da importação de valores e práticas do mercado capitalista são verdadeira ameaça aos processos internos de coesão social. Podemos especular sobre a existência de mercados aptos ao “comércio justo”, que em certa medida abarcariam resultados de um arrendamento mais adequado. Mas que mercados seriam esses? Talvez existam mercados que possam apreender não só o valor econômico das peças. Em outras palavras, em locais de comercialização onde haja uma apreensão da origem do artesanato, das condições locais de produção, da identidade coletiva por trás do artefato, da luta coletiva.

Cabe-nos uma rápida reflexão sobre um dilema desta questão “mercadológica”: de lutar por direitos e valores coletivos mediante a contribuição de sistemas de representação (artefatos) simbólicos de um processo, mas que serão inseridos em contextos alienantes de produção e reprodução do capital (mercados) em direção aos direitos. Penso nisso como algo plenamente contraditório se pensado como caminho único, ou ainda, como um fim - eis que surgem demandas em Design que seguem esta linha. Mas, sendo este dilema pensado como algo pertencente a uma estratégia mais ampla, podem emergir percepções sobre seus riscos, indicando perspectivas anuentes à cultura local em sua dinâmica, cabendo aos sujeitos políticos dessa cultura a capacidade de reinventar sua realidade a partir das “novas” experiências.

Será que existem mercados capazes de valorizar

objetos cujo apelo simbólico enfatize uma luta coletiva, além da condição formal e econômica destes produtos? Se nos apropriarmos do conceito de “Noção de Campo” defendido por Bourdieu, cujo “Campo” seja compreendido como um círculo de “estrutura estruturante” - ao que diria Miceli (2004) - não alienada politicamente, poderíamos crer que tais “mercados” existem, visto que existem sujeitos políticos engajados no contexto do consumo responsável. Mas, como encontra-los é uma outra questão.

Em tempos de produtos industriais percebo uma tendência (não generalizada) à valorização da produção manual, do rústico, do artesanal. Este tipo de valorização, em meu ver, tende em certo ponto a reforçar as tendências individualistas da “condição pós-moderna” (Harvey, 1989), quando os produtos são valorizados a partir de sua capacidade de exprimir o caráter de “único” ao seu proprietário. Conforme Forty (2007), vemos que este não é um privilégio atual dos objetos, e, que, estes objetos seguem a mesma lógica desde que o Design se estabeleceu como campo de jogos de significações entre objetos e as pessoas.

Não atribuo a este artesanato o perfil de “puro”, ou de produto “melhor” por pertencer à um contexto de luta política, mas simplesmente de um produto específico - fruto de relações sociais de uma territorialidade específica -, porém, que possui um diferencial, de não servir meramente à acumulação de capital, e sim em fomentar um campo de mudança. Seria capaz, o desenho destes produtos exprimir esses valores? Formalmente, penso que sim. E é isso que também pretendo demonstrar neste trabalho.

Formalmente os produtos podem sofrer modificações que estejam além das trabalhadas pelos Cipozeiros atualmente, onde exprimam o novo campo de

significações atreladas à “transformação” dos sujeitos biologizados em sujeitos políticos (Almeida, 2008). Ao repensar seus artefatos na esfera tecnológica - segundo princípios de facilidade produtiva, melhor valor econômico, etc - por que não focar condições que valorizem o rústico, o artesanal? Já especulando, tem-se alternativas como o trabalho com cipó bruto - que hoje é muito pouco utilizado; ou ainda no trabalho com cipó descascado e não rachado<sup>5</sup>. Tais variantes formais podem objetivar a facilidade de produção, pois representariam menos processos de beneficiamento, além da valorização do rústico no artesanato como meio de diferenciação do produto “limpo”, higienizado, como ocorre na atualidade.

O fato de repensar o sistema de representações, mais especificamente os objetos do contexto artesanal, reflete então um olhar cuidadoso sobre o território e sua formação histórica, na tentativa de olhar o que passou, e o “vir-a-ser”. Para Harvey, os espaços de representação tem a capacidade não apenas de influenciar a representação do espaço, mas também de agir como “*força produtiva material com respeito às práticas espaciais*” (1989:202)

Como elemento de análise às práticas espaciais, vale lembrar o conceito de Lefebvre (*apud* Harvey, 1989) que estabelece a relação entre o espaço vivido, o espaço percebido e o imaginado. Sendo integralmente o sujeito - agente produtor do espaço vivido, com sua capacidade de atribuir significados à sua realidade espacial no espaço percebido e possuindo a faculdade de planejar o vir-a-ser no espaço imaginado. Bourdieu ainda contribui na lógica de ligação entre estas três “categorias” de espaço quando enuncia o conceito de *habitus*, como a capacidade de

---

5 Os processos de beneficiamento serão apresentados no Capítulo 2.

engedrar produtos que estão tão distantes da criação da novidade quanto o estão da reprodução mecânica das condicionantes locais (*apud* Harvey, 1989). Permitindo-nos mais uma especulação de que, em um campo já aberto ao espaço imaginado, a força para a propulsão de um novo *habitus* seria a mesma da reprodução do *habitus* atual.

Cabe-me refletir também que o estabelecimento de um novo *habitus* possa ser influenciado também por um “pensar” Design - engajado - em um contexto de abertura a novos aprendizados, estando este novo *habitus* relacionado à aspectos subjetivos das escolhas dos sujeitos políticos em formação. Essa reflexão reforça, em meu ver, a necessidade de apreensão destes elementos subjetivos que efetivamente condicionam o espaço vivido em processo de mudança. Me parece que o estudo dos conflitos e da dinâmica da rede social, relacionada ao movimento social dos Cipozeiros e Cipozeiras, pode oferecer categorias analíticas da realidade objetiva condicionada aos aspectos subjetivos dos membros desta rede.

Relembro assim o início da proposta de pesquisa, sobre a importância do estudo das categorias nativas, entendidas como aquelas que operam na realidade, ou, a força produtora do espaço vivido. A compreensão destas categorias passa necessariamente pela compreensão histórica e antropológica do espaço daquele contexto. Porém, ao informante, não é simples contar a história de maneira cronológica, pois, os fatos não estão dispostos mentalmente em uma “linha do tempo” (Arruti, 2006). Assim, mostra-se necessária a abordagem das modificações espaciais no tempo, o que remeteria a conteúdos históricos objetivos marcados pela percepção de mudança da paisagem.

Na abordagem da pesquisa em Design proposta, seu

caráter educacional pode ocorrer mediante a materialização do discurso político nos sistemas de representação, que traduz a luta pelo direito ao livre acesso ao território tradicionalmente ocupado, do livre uso dos recursos naturais deste território e conseqüentemente na geração de renda oriunda desta materialização em novas estratégias de articulação.

Por enquanto, a partir destas reflexões posso pensar em algumas hipóteses: primeiramente de que é possível estudar as categorias nativas em uma inserção investigativa (vivência) no grupo, e que, estas trarão subsídios à compreensão dos sistemas de significados associados à cultura material do grupo. Partindo destes elementos estudados, em segundo lugar, são analisadas as novas ações de articulação e sua possível influência sobre os artefatos oriundos da materialização do discurso político. Em terceiro lugar, considerando o envolvimento dos cipozeiros nas ações, ensejo apreender a nova dinâmica da rede social deste grupo, como ela ocorre e o que determina tal dinâmica. E, finalmente, verifico se, e como ocorreu o processo de resignificação de elementos da cultura material do grupo, seus artefatos e o “lugar” epistemológico do Design.

O maior limite deste processo é o tempo e o “molde” acadêmico estabelecido para a pesquisa em andamento. E, embora haja essa limitação formal coube-me avaliar a verificação destas hipóteses neste período. A vivência do processo demonstrou as motivações e as dificuldades no contexto, permitindo uma análise mais criteriosa com base em aspectos práticos - produzindo conhecimentos a partir da práxis do Design.

## **4. Objetivos**

### ***Objetivo Geral***

Realizar um estudo sobre a cultura material dos cipozeiros e sua territorialidade específica, analisar suas novas estratégias de articulação e mobilização e as práticas e relações pedagógicas de pesquisa.

### ***Objetivos específicos***

- Estudar a cultura material dos Cipozeiros da região nordeste de Santa Catarina e sudeste do Paraná;
- Compreender os conflitos territoriais declarados no mapeamento situacional dos Cipozeiros na região e estudar a formação da rede social em torno de seu movimento social;
- Estudar e analisar as novas estratégias de articulação local e sua relação com ações pedagógicas da pesquisa na área de Design.

## **5. Justificativa, Motivações e Estrutura do Trabalho**

A unidade social de enfoque • esta pesquisa refere-se às famílias de cipozeiros e cipozeiras envolvidos diretamente nas ações do Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras - MICI, formado em 2008, a partir das estratégias de mobilização de um grupo de cipozeiros

articulados na Rede Puxirão<sup>6</sup>. O MICI possui um grupo de coordenação que atualmente se ampliou para dez pessoas, representantes das comunidades de Três Barras, Palmital, Mina Velha e Morro Grande, nos municípios de Garuva - SC e Guaratuba - PR.

Os campos de ação do MICI podem ser divididos em duas frentes de trabalho: pesquisa e mobilização política. O principal procedimento de pesquisa adotado entre os anos de 2009 e 2010 foi o mapeamento situacional, que teve como objetivo central a realização de uma pesquisa qualitativa para o levantamento de conflitos e situações sociais nas diversas comunidades de cipozeiros, além de um levantamento do número de famílias de cipozeiros que vivem atualmente nestas comunidades. A caracterização deste mapeamento quanto “situacional” deve-se ao fato desta pesquisa verificar as condições de vida da situação atual, considerando a dinâmica das mudanças sociais e do território. Tal situação vivida pode modificar-se em tempos futuros, assim como modificou-se do passado.

É justamente esta mudança entre passado e presente, que impõe novas condições de desterritorialização e territorialização, que é a força motivadora do grupo na afirmação de sua identidade coletiva e na luta por seus direitos fundamentais garantidos por dispositivos jurídicos. Assim, como outra frente de trabalho do MICI, segue a ação de sensibilização e mobilização política dos sujeitos auto-denominados “cipozeiros tradicionais” frente aos seus antagonistas sociais.

A origem do trabalho de pesquisa se deu por

---

6 A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, ou Rede Puxirão é uma articulação de identidades coletivas e movimentos sociais do Paraná que lutam por seus direitos territoriais.

solicitação dos cipozeiros representados nos fóruns locais de planejamento territorial, e sua institucionalização em movimento social decorreu do processo de formação política em que o grupo vive. Portanto, a pesquisa inicialmente de caráter técnico passou a estabelecer relações pedagógicas entre “sujeitos” e “objetos” que modificou as premissas iniciais e clareou novos recortes epistemológicos necessários para conhecer adequadamente a realidade vivida e conseqüentemente intervir nesta realidade.

A lógica de intervenção é orientada assim por um planejamento coletivo do MICI e da assessoria política da Rede Puxirão que passou a compreender melhor o processo de desterritorialização e dominação vivido pelos cipozeiros e as demandas necessárias para a continuidade das práticas tradicionais em sua territorialidade específica. Portanto, o que está “em jogo” é o direito da continuidade de “ser e existir” dos cipozeiros em sua cultura em seu modo de vida, ameaçada pelas estratégias de dominação territorial do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. As principais formas de usurpação dos direitos ocorrem, como dito, na restrição do livre acesso ao território tradicionalmente ocupado, no livre acesso aos recursos naturais e na exploração do trabalho artesanal com a prática de preços injustos.

As práticas tradicionais permitem a sobrevivência dos cipozeiros em seu modo de subsistência baseado na roça, na pesca, na caça, no extrativismo e no artesanato, que provêm uma pequena renda econômica e o acesso à bens não produzidos na comunidade. Porém, as práticas e os saberes associados vem sendo compulsoriamente limitados desde a década de 1960, quando da configuração da exploração da força de trabalho no artesanato e do resultado histórico da

indústria extrativista na região com o estabelecimento do mercado de terras que culminou no fechamento de grandes propriedades dedicadas ao monocultivo de espécies vegetais exóticas. Tal produção em regime de monocultivo decorreu na supressão da mata nativa e influenciou historicamente na concentração das populações rurais em áreas urbanas, como forma de concentração de mão de obra.

Outro fato que limita as práticas tradicionais é a implementação de Unidades de Conservação da natureza e a política de fiscalização ambiental direcionada à coersão do extrativismo de subsistência, da prática do roçado, da caça e pesca artesanal, sem ao menos averiguar suas estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais. Neste processo o Estado se transformou em um antagonista social dos cipozeiros, pois os tratam como os agentes da degradação, enquanto que, no mesmo território, os grandes empreendimentos são implementados com a chancela do poder público nos diversos níveis.

Neste contexto extremante complexo se justifica a demanda por pesquisa científica que tenha por proposta a compreensão da cultura material dos cipozeiros e sua relação de co-existência com a natureza, suas situações sociais vividas e sua tentativa de sobrevivência física e cultural em um território tradicionalmente construído com o uso comum dos recursos; bem como suas estratégias de articulação e mobilização - na busca por direitos coletivos, que incluem também a melhoria da renda familiar, através de um sistema econômico mais justo. Assim, compreendo a epistemologia desta pesquisa orientada às ciências sociais e ciências sociais aplicadas, com método fundamentado na pesquisa-ação. Pretendo portanto, trazer uma análise sobre o contexto social, as práticas materiais do grupo e sua dinâmica no tempo e as

relações pedagógicas de pesquisa.

Dentre meus interesses em pesquisa, no campo da pesquisa em Design, que tem como grande área do conhecimento as Ciências Sociais Aplicadas, tomei por iniciativa inicial a pesquisa dos materiais naturais, mais especificamente das fibras naturais. Em pesquisas anteriores, ao nível de mestrado (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e na continuidade de pesquisa acadêmica (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) percorri o enfoque de estudo dos materiais convencionais e as estratégias de saneamento ambiental. Com o tempo, tocado por determinados autores, como por exemplo, Eduardo Galeano (1976) e seu clássico “As Veias Abertas da América Latina”, comecei a compreender melhor a dimensão política-econômica como motor das tecnologias e dos materiais. Desta forma, frente minhas razões pessoais quanto servidor público, me interessei na pesquisa com materiais minimamente processados mediante tecnologias “mão-de-obra intensivas”, ao que diria Henrique Rattner (1980).

Por interação com o antigo Departamento de Ciências Humanas, do Centro de Artes da UDESC, em meio à greves e ao embate político-institucional por uma “UDESC legal” e no debate com estudantes<sup>7</sup> do curso de Design Industrial que montaram a oficina “Um Outro Design é Possível” no Fórum Social Mundial de 2003, comecei a ser profundamente tocado pelas questões políticas e sócio-culturais da área de Design. E neste sentido me dispuz ao desafio de entender melhor as relações entre Design e Tecnologia, Tecnologia e Cultura, Cultura e Sociedade. Tais fatos me motivaram ao processo de pesquisa definido no

---

7 Cabe aqui lembrar os nomes de Iraldo Alberto Matias, Gustavo Brum, James Mota Esteves, Fabiana Marques, Melissa Luchini e Roberta Tonicelo.

recorte que aqui apresento, com interesse na compreensão de um enfoque epistemológico do Design direcionado aos reais problemas da sociedade, como diria Victor Papanek em “Design for the Real World” e “no lugar” do Design correlacionado às comunidades tradicionais.

O trabalho está subdividido em três capítulos principais, além desta apresentação. No Capítulo 1 é apresentada uma revisão metodológica e dos temas relacionados à pesquisa em Ciências Sociais, como fundamentação e aporte às Ciências Sociais Aplicadas - como grande área do design. Neste primeiro capítulo estão postos conceitos que considero importantes ao design “engajado” aos contextos de comunidades e populações tradicionais. Assim como são colocados os primeiros passos de minha pesquisa, denotando minha “visão de mundo” inicial e minha trajetória, ao passo que, somado aos conteúdos finais procuro esclarecer as influências do “objeto” sobre o “sujeito” de pesquisa.

No Capítulo 2 são apresentados os resultados principais da pesquisa de campo, que ao se enfatizar o Mapeamento Situacional do MICI como método investigativo, trouxe à tona não somente os conflitos sócio-ambientais vividos nas diversas comunidades em que os cipozeiros priorizaram a pesquisa, mas também alguns traços principais da cultura material dos cipozeiros em suas práticas tradicionais relacionadas ao extrativismo de diversos recursos naturais, à pesca e à caça. Neste capítulo procuro demonstrar o percurso “formal” do artesanato e sua importância quanto componente da renda do cipozeiro, bem como prática que historicamente representou tanto um meio de apoio à sobrevivência quanto um meio de exploração do trabalho. Por se caracterizar como um domínio de saber, conhecimento

imaterial, relacionado às práticas tradicionais do grupo, auto-definido em sua identidade cultural, procuro esclarecer os dispositivos jurídicos que “defendem” seus direitos fundamentais em ser, existir e viver em sua cultura, em seu território.

No Capítulo 3 faço uma análise sobre as perspectivas da atuação na área do design no contexto, trazendo uma reflexão sobre o processo pedagógico relacionado ao tema, tanto no amparo ao trabalho em campo, quanto nas possibilidades de convergência com sua abordagem acadêmica; neste sentido interpreto o campo como meio de criação de sistemas de representação para a ampliação da visibilidade social do grupo e de produção de conhecimentos no ambiente acadêmico. Apresento também as formas de apropriações pelos cipozeiros, de premissas da área, como meio de veicular um discurso coletivo traduzido na forma de seus “novos” artefatos, que demonstram seu jeito próprio de entender e fazer design, caracterizado por seu rico potencial criativo, e profundo conhecimento de técnicas de diversos materiais com uso de recursos naturais. Ao final são postas as conclusões, ou melhor, considerações gerais sobre as relações de pesquisa estabelecidas neste período e minha compreensão sobre um possível lugar do design, epistemologicamente orientado à práxis de um design “reflexivo”.